

Wendel Henrique

Professor Adjunto do Departamento e Mestrado de Geografia,
Universidade Federal da Bahia
wendelh@ufba.br

A recente metropolização em Santa Catarina: Processo geográfico-territorial ou apenas um limite político-administrativo?^{1,2}

Resumo

Em Santa Catarina, a partir da regulamentação da Constituição de 1988, foram criadas 06 Regiões Metropolitanas, configurando-se numa tentativa de modernização da estrutura urbana do Estado. Buscando compreender este processo recente de metropolização imposta pela legislação estadual, elaboramos um diagnóstico do processo de metropolização de Florianópolis, com destaque para o grau de integração e as estruturas urbanas nos municípios que compõem a aglomeração central (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), bem como as dificuldades encontradas na implementação efetiva de uma Região Metropolitana em Santa Catarina. Utilizamos dados censitários referentes aos municípios de 1991 e 2000 e do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. O caso da Grande Florianópolis mostra que em Santa Catarina existe uma falta de clareza conceitual na definição do que é uma Região Metropolitana e também uma complexa e pouco operacional justaposição de divisões territoriais regionais. Classificamos Florianópolis dentro de um forte processo de conurbação entre os municípios e medianamente funcional (caracterizado pela concentração de funções em Florianópolis, que ainda é dependente de Curitiba ou Porto Alegre). A institucionalização da Região Metropolitana de Florianópolis, assim como as outras cinco criadas no Estado de Santa Catarina, esteve baseada em critérios políticos e não em definições geográficas.

Palavras-chave: Metropolização; Grande Florianópolis; Geografia Urbana.

Abstract

THE RECENT METROPOLIZATION IN SANTA CATARINA: IS IT A GEOGRAPHICAL-TERRITORIAL PROCESS OR A POLITICIAN-ADMINISTRATIVE LIMIT?

In Santa Catarina State (South Brazil), after Brazilian Constitution, 06 Metropolitan Regions had been created trying to improve urban and regional structure in a

ideological and unreal modernization. We elaborate a diagnosis of the metropolitan process, integration degree and urban structures of Greater Florianópolis and its central agglomeration (Florianópolis, São Jose, Palhoça and Biguaçu), as well as the difficulties to implement a Metropolitan Region in Santa Catarina State. We use, for this purpose, statistics of the cities from 1991 and 2000 and the Atlas of Human Development in Brazil. The Greater Florianópolis illustrates that in Santa Catarina exists a lack of conceptual definition and a complex juxtaposition of regional divisions, overlapping some laws. The Greater Florianópolis has a strong physical process of conurbation and a medium functional integration (Florianópolis is dependent of Curitiba and Porto Alegre). We verify that the institutionalization of the Metropolitan Region of Florianópolis, as well the other five in the Santa Catarina State, was based on political criteria and not in geographical definitions.

Key-Words: Metropolitan Region; Greater Florianópolis; Urban Geography.

1. Introdução

No Brasil, a metropolização adquiriu maior importância no processo de urbanização a partir dos anos 1970, com a instituição legal das Regiões Metropolitanas, a qual compreendeu duas etapas. A primeira, também nos anos 1970, com uma legislação federal que criou e instituiu 09 (nove) Regiões Metropolitanas. A segunda etapa, com a Constituição de 1988, que permitiu aos Estados a criação e instituição de regiões metropolitanas, resultando em definições, critérios e unidades bastante distintas regionalmente.

Segundo o IBGE (2002), a Região Metropolitana é “uma área instituída por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Em Santa Catarina, a partir desta prerrogativa da Constituição de 1988, foram criadas 06 (seis) Regiões Metropolitanas: a de Florianópolis, a do Vale do Itajaí e a do Norte/Nordeste Catarinense, em 1998. Em 2002, foram definidas pela legislação estadual a Região Metropolitana da Foz do Rio Itajaí, da Carbonífera e de Tubarão. As leis estaduais, além da definição de cada uma das Regiões Metropolitanas, definem as áreas de expansão para cada uma das seis regiões.

Entre as 06 regiões criadas, e nunca efetivamente implementadas, aquela que passa por um processo de metropolização é a de Florianópolis, mas com uma abrangência muito menor do que a proposta na legislação estadual.

Neste sentido, buscamos elaborar um diagnóstico do processo de metropolização na Região Metropolitana (RM) de Florianópolis, com destaque para o processo de integração e as estruturas urbanas nos municípios que compõem a aglomeração central (Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu), bem como as dificuldades encontradas na implementação efetiva de uma Região Metropolitana em Santa Catarina. Portanto, daremos ênfase à escala intraurbana, onde se observam as desigualdades internas, particularmente entre os municípios do Aglomerado e também no interior destes.

Utilizamos os dados censitários referentes aos municípios de 1991 e 2000, bem como o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. A análise dos dados nos permitiu elaborar um panorama geral da situação do Aglomerado em relação à economia, aos indicadores demográficos, à mortalidade infantil e à esperança de vida ao nascer, à estrutura etária, ao acesso à habitação e infra-estrutura habitacional, à renda, à educação, à violência e à vulnerabilidade.

Neste diagnóstico privilegiamos uma análise histórica e temporal, no qual procuramos abarcar desde a conceituação teórica e a evolução do tema, às questões políticas e legais que instituíram as Regiões Metropolitanas em Santa Catarina e o diagnóstico do Aglomerado Urbano da Grande Florianópolis.

Cabe observar que uma das preocupações que norteiam o presente trabalho é compreender o fenômeno de metropolização, bem como definir o real grau deste fenômeno entre os municípios que estão vinculados a Florianópolis, onde a instituição de uma Região Metropolitana se configurou apenas numa tentativa de modernização da estrutura urbana do Estado de Santa Catarina.

2. A Metropolização em Santa Catarina e as Questões Políticas e Legais sobre a Grande Florianópolis

Segundo Gouveia (1986), antes de 1940 a urbanização de Santa Catarina era irrelevante. No período entre 1940-1950 surgiu o embrião da rede urbana atual. A partir da década de 1950 passa a ocorrer um maior

dinamismo interno, com taxas mais altas de crescimento populacional, densificação da rede viária, entre outros motivos. Ainda segundo o autor, Santa Catarina sempre teve em Florianópolis, Joinville, Blumenau e Lages seus maiores centros, posição esta mantida desde 1940 até a década de 1980. Em 1991, Lages perde sua posição para Criciúma, já em 2000 é Criciúma que perde posição, só que para São José. Desta forma, Lages ocupa a 6ª posição em 2000, posição esta que conforme a estimativa populacional para o ano de 2005 já era ocupada por Chapecó. Entre as características peculiares da rede urbana catarinense está o fato da maior cidade (Joinville) não ser a capital do Estado, e, mesmo assim, com seus 487.045 mil habitantes, possuir comparativamente população menor que as maiores cidades de outros estados brasileiros.

No Brasil, onde as Regiões Metropolitanas não têm consolidado seu papel de integração e desconcentração das funções, Santa Catarina mostra-se como um caso peculiar, já que é o estado que mais criou Regiões Metropolitanas nos últimos anos, o que remete a pouca compreensão conceitual do papel e das características geográficas de uma Região Metropolitana. Além disso, há uma sobreposição de leis conferindo poderes a diferentes instituições que abrangem uma mesma área territorial, como associações de municípios, aglomerações urbanas, microrregião e região metropolitana, uma retórica municipalista e localismo, institucionalizando novas unidades territoriais com vistas a integrar e desenvolver o território, mas que tornam a questão tumultuada, já que não há uma real gestão no âmbito metropolitano.

Primeiramente é importante observar como ocorre a institucionalização destas áreas baseadas em critérios políticos e não em definições geográficas ou urbanísticas.

Na Constituição Estadual de Santa Catarina (1989) o estado adquiriu a competência para definir, alterar e instituir suas unidades regionais para melhor exercer sua administração. O Artigo 114 previa, conforme o interesse e um conjunto de dados e fatores:

Instituir: I - regiões metropolitanas; II – aglomerações urbanas; III – microrregiões. (...) Para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de seu interesse e de municípios limítrofes do mesmo complexo geoeconômico e social, poderá, mediante lei complementar, instituir a região metropolitana.

No que diz respeito à região metropolitana consta:

§1º - A instituição da região metropolitana se fará com base em avaliação do conjunto dos seguintes dados ou fatores, entre outros objetivamente apurados: I – população, crescimento demográfico, grau de concentração e fluxos migratórios; II – atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento; III – fatores de polarização; IV – deficiência de recursos públicos, em um ou mais municípios, com implicação no desenvolvimento da região.

Em 04/01/1994, foi sancionada a Lei Complementar nº 104, que dispõe sobre os princípios da regionalização do Estado de Santa Catarina. Em relação à Região Metropolitana, dita o seguinte:

Considerar-se-á 'Região Metropolitana' o agrupamento de Municípios limítrofes a exigir planejamento integrado e ação conjunta, com união permanente de esforços para a execução das funções públicas de interesse comum dos entes públicos nela atuantes, e que apresentar, cumulativamente, as seguintes características:

I – densidade populacional bruta e/ou taxa de crescimento superiores à média do Estado, e população igual ou superior a seis por cento do Estado;

II - significativa conurbação;

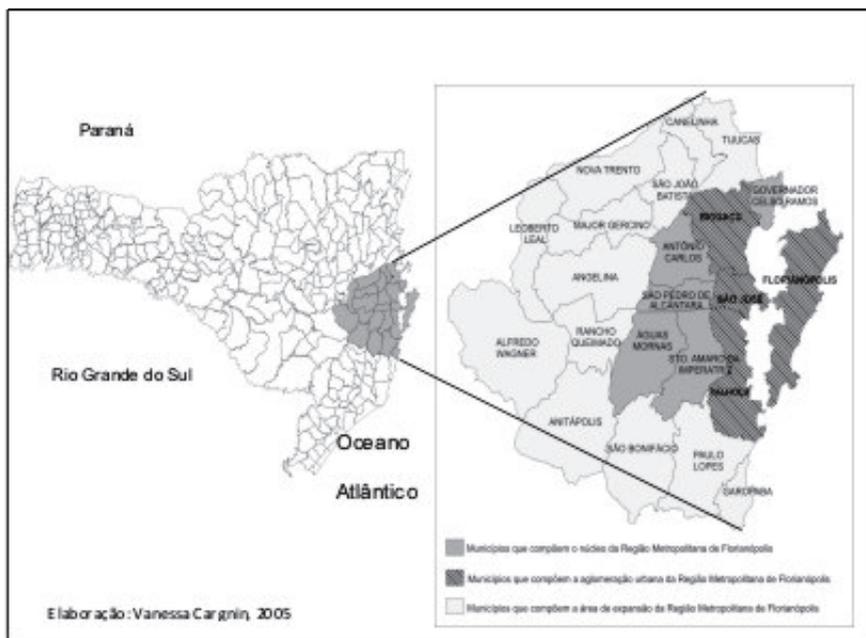
III - nítida polarização, com funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade e especialização;

IV - alto grau de integração sócio-econômica.

Posteriormente, foram implantadas as 06 (seis) Regiões Metropolitanas no estado. Em um primeiro momento, através de Lei Complementar nº 162, de 06 de janeiro de 1998, foram criadas as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí (Blumenau) e do Norte/Nordeste Catarinense (Joinville). A partir da Lei Complementar nº 221, de 09 de janeiro de 2002, foram criadas as Regiões Metropolitanas da Foz do Rio Itajaí (Itajaí), da Carbonífera (Criciúma) e de Tubarão. Além das áreas metropolitanas, foram identificadas, pelas Leis Complementares, suas respectivas áreas de expansão metropolitana.

Nosso objetivo aqui é o de realizar um aprofundamento sobre a constituição e os processos de integração na Região Metropolitana de Florianópolis (Figura 1).

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS - SC



Os municípios que compõem a Região Metropolitana de Florianópolis são:

- Núcleo Metropolitano: Águas Mornas, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis (sede), Governador, Celso Ramos, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara.
- Área de Expansão Metropolitana: Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Paulo Lopes, Rancho Queimado, São Bonifácio, São João Batista e Tijucas.

Já em 30/01/2003, ocorre uma significativa mudança na política regional de Santa Catarina, pois sob Lei Complementar n° 243 são instituídas as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Regional e no Art. 56, inciso XVIII, a Secretaria de Estado da Grande Florianópolis, com sede em São José e abrangendo os seguintes municípios: Florianópolis, Governador Celso Ramos, Biguaçu, Antônio Carlos, Angelina, São Pedro de Alcântara, Rancho Queimado, Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Anitápolis e São Bonifácio.

Assim, um município da Região Metropolitana de Florianópolis, que não teve sua criação anulada com as novas leis estaduais, faz parte de uma Região Metropolitana e pode também estar sob a área de atuação de uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, diferente daquela onde os demais municípios da 'sua' RM estão inclusos. Nesta sobreposição de áreas de abrangência e regionalizações distintas, 13 municípios da RM de Florianópolis estão inseridos na SDR da Grande Florianópolis, enquanto os outros 09 foram distribuídos para outras três Secretarias de Desenvolvimento Regional: Canelinha, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista, Tijucas (SDR da Microrregião de Brusque); Alfredo Wagner, Leoberto Leal (SDR da Microrregião de Ituporanga); Paulo Lopes, Garopaba (SDR da Microrregião de Laguna).

Além disso, o estado de Santa Catarina é dividido em Micro e Meso Regiões. Dentre as Meso Regiões, a da Grande Florianópolis, que conta com 21 Municípios: Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado, São Bonifácio, Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento e Tijucas.

3. O Diagnóstico da Situação do Aglomerado Urbano Central da Região Metropolitana de Florianópolis

O Aglomerado Urbano Central da Grande Florianópolis (Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José) totalizava, segundo dados do IBGE, uma população estimada em 2005 de 774.781 mil habitantes. O total da Região Metropolitana, incluindo o Aglomerado, tem um total de 963.560 mil habitantes, ou seja, a população total do Aglomerado Central representa 80% da população total da Região Metropolitana, esta por sua vez representa 13,20% da população de Santa Catarina. Em 1991, representava 10,87% e, em 2000, cresceu para 12,45%. Situação que não é diferente para a representação da população total da Região Metropolitana no Estado. Em 1991, representava 13,84%, em 2000, 15,24% e, no ano de 2005, foi estimada em 16,24%. No Aglomerado Urbano, o município com números mais ex-

pressivos é o de Florianópolis. Nos três períodos representa por volta de 51% a população do Aglomerado Urbano Central, enquanto na Região Metropolitana representa em torno de 41%.

Outro dado importante foi o crescimento populacional entre os anos de 1991 e 2000, que na Região Metropolitana foi da ordem de 29,8%, enquanto que no Aglomerado foi de 35%, ou seja, no Aglomerado o crescimento foi superior ao da Região e mesmo ao do Estado, cujo crescimento foi de 17,9%. Este crescimento é justificado pelo grande fluxo de migrantes que chegaram aos municípios do Aglomerado, principalmente com a divulgação dos índices de qualidade de vida de Florianópolis.

Tabela 1

POPULAÇÃO DO AGLOMERADO URBANO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (AUGF), DA REGIÃO METROPOLITANA (RMGF) E DO ESTADO DE SANTA CATARINA (ESC), 1991, 2000 E 2005

Ano	AUGF	RMGF	ESC
1991	493.794	628.801	4.541.994
2000	666.693	816.693	5.356.360
2005	774.781	963.560	5.866.568
Crescimento 1991-2000	35,01%	29,82%	17,92%
Crescimento 2000-2005	16,21%	18,037%	9,52%

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991/2000. Estimativas da população em 01/07/2005.

Observamos também a densidade demográfica de habitantes por quilometro quadrado nos municípios do Aglomerado. São José em 2000 apresentava 1.473 hab/km², seguido de Florianópolis, com 760 hab/km², Palhoça, com 317 hab/km² e Biguaçu, com 157 hab/km². Mas, apesar de São José apresentar este índice, não foi o que mais cresceu entre os municípios. Entre o período de 1980-1991, Palhoça apresenta uma taxa de crescimento de 5,49%, seguido de São José e Biguaçu, com 4,3%, e, por último, Florianópolis, com 2,83%. No período entre 1991-2000, Palhoça mais uma vez apresentou o maior índice, com 4,62%, seguido de Biguaçu, com 3,9%, Florianópolis, com 3,31%, e São José, com 2,46%.

Diante destes dados, observamos nos dois períodos um aumento populacional na periferia do Aglomerado, com maior representatividade populacional em Palhoça e Biguaçu, tanto em relação ao Aglomerado como na Região Metropolitana. Isto se deve ao forte crescimento demográfico do Aglomerado e o transbordamento desta população para os municípios

vizinhos da Capital. Este processo de crescimento dos municípios vizinhos da capital reforça o papel da conurbação, através da expansão territorial de ocupação, já que a capital apresenta altos custos para a aquisição de casas e terrenos nas áreas já urbanizadas, forçando a ocupação nos municípios vizinhos e nas suas periferias.

Outro fato interessante a ser relatado é a perda de população ente 1991 e 2000 em muitos municípios da Região Metropolitana. Nestes municípios constatamos o fenômeno de deslocamento campo-cidade, já que são núcleos com pequena produtividade e sem funções particulares, fato que origina e incentiva as migrações, não devido à miséria, mas por uma opção de vida urbana, considerada pelos migrantes uma vida próspera com a oferta de empregos e serviços. Além disso, 08 municípios da região metropolitana apresentam população rural maior que a urbana, exercendo a função de abastecimento de produtos alimentares (hortifrutigranjeiros) para a Região Metropolitana.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Região Metropolitana da Grande Florianópolis, em 2000, ocupou a primeira posição entre todas as RM's do Brasil³. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano, a dimensão que mais contribuiu para o crescimento do IDH em Florianópolis foi a renda, seguida da educação e da longevidade, ao passo que nos outros três municípios foi a educação, seguida pela renda e longevidade.

A situação do IDH dos municípios em 2000, em relação aos outros municípios do Estado, foi a seguinte: Florianópolis ocupa a 1^a posição, São José, a 10^a, Biguaçu, a 59^a, e Palhoça, a 67^a. Em relação aos outros municípios do Brasil: Florianópolis ocupa a 4^a posição, São José, a 32^a, Biguaçu, a 247^a, e Palhoça, a 276^a.

Em relação a distribuição de renda ela é perversamente injusta e é um fato reconhecido que esta desigualdade ocorre em diferentes escalas, seja entre regiões ou cidades, como é o caso do objeto de estudo. Segundo dados do PNUD (2003) a renda per capita média no ano 2000 em Florianópolis era de R\$ 701,40, em São José, de R\$ 427,60, e em Palhoça e Biguaçu, em torno de R\$ 300,00.

No período 1991-2000, a proporção de pobres diminui em todos os municípios do Aglomerado, principalmente em Palhoça e Biguaçu, onde

as taxas apresentavam-se bastante altas. Apesar disso, verifica-se que no período aumentou a apropriação de renda pelos mais ricos enquanto a apropriação de renda pelos mais pobres diminuiu, ou seja, a desigualdade aumentou e a renda está mal distribuída e concentrada. Com relação ao rendimento, 50% da população de São José, Palhoça e Biguaçu ganham entre 3 e 10 salários mínimos, enquanto em Florianópolis esta proporção cai para 40%, mas 43% ganham mais de 10 salários mínimos.

Considerando o acesso à habitação e a outros serviços básicos para o bem estar habitacional, analisamos os dados referentes ao período 1991-2000, nos quais observamos que serviços de água encanada, banheiro, coleta de lixo e energia elétrica aumentaram nos quatro municípios do Aglomerado. Com relação ao acesso à água encanada houve pouco acréscimo no período, no ano 2000 em torno de 98% da população destes municípios possuíam este serviço. O acesso à energia elétrica mostra-se praticamente universal no Aglomerado, enquanto o acesso a banheiro e água encanada em 2000 atingia cerca de 96%. É importante observar que nos municípios de Palhoça e Biguaçu houve um maior acréscimo no período, em torno de 20%.

Em relação ao acesso a bens de consumo, no ano 2000, em torno de 98% e 96% possuíam respectivamente geladeira e televisão. O acesso ao telefone foi o que teve uma maior variação, se em 2000 em torno de 74% possuíam telefone em Florianópolis e São José, já em Palhoça e Biguaçu o índice ficava em torno de 33%.

No ano 2000, de 75% a 80% das pessoas viviam em terrenos próprios e quitados e o adensamento dos domicílios, com exceção de São José, diminuiu em torno de 2%. Apesar disso, observamos que, com exceção de Florianópolis, a porcentagem de pessoas com imóveis próprios diminuiu.

Com relação aos domicílios subnormais⁴, os quais consideramos também favelas, em 1991, Florianópolis apresentava 7,48% de pessoas vivendo nestes domicílios, enquanto os outros três municípios apresentavam em torno de 2%. Já em 2000, Florianópolis apresentou uma redução, com uma concentração de 0,67% da população vivendo nestas condições. Nos outros três municípios, segundo os dados disponibilizados, os domicílios subnormais já não existiam mais. Entretanto, trabalhos de campo demonstraram grande contingente populacional vivendo em ocupações subnormais

e favelas nos municípios do Aglomerando e dados apresentados na 2ª Conferência da Cidade (2005) mostram que o número de favelas na área conurbada chega a 170, o que representa 15% da população dos quatro municípios (em 2001 eram 83 favelas distribuídas assim: 55 em Florianópolis, 12 em São Jose, 8 em Palhoça e 8 em Biguaçu).

Com base nos dados do PNUD (2003), dos anos 1991 e 2000, analisamos os dados de educação dos municípios do Aglomerado Urbano de Florianópolis. Constatamos que a taxa de analfabetismo diminuiu consideravelmente nos quatro municípios da Grande Florianópolis, destaque para a queda da taxa no município de Palhoça de 21,9%, em 1991, para 8,1%, em 2000. Quanto ao analfabetismo funcional também notamos que houve uma queda de 1991 para o ano de 2000 em todos os municípios do Aglomerado de Florianópolis. Os municípios que apresentam os maiores índices de analfabetismo funcional por faixa etária são Palhoça e Biguaçu, que se alternam em determinadas categorias, seguidos por São José e Florianópolis. Os dados do PNUD também revelam um aumento na frequência à escola na Grande Florianópolis, principalmente nas regiões periféricas.

Sobre a violência e os homicídios, enquanto o Brasil apresentava uma taxa de 27,3 vítimas por 100 mil habitantes⁵, Florianópolis apresentou uma taxa de homicídio de 15,3 vítimas por 100 mil habitantes, colocando a capital em último lugar entre as capitais brasileiras, com a menor taxa.

Diante desta perspectiva nacional utilizamos dados do relatório da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina (ano 2003) para analisar a situação do Aglomerado em que Florianópolis está inserida. Cumpre informar que não utilizamos apenas os dados de homicídios, mas também de outros tipos de violência.

Em relação aos dados, percebemos que o município de Florianópolis possui altos índices de registros, os mais elevados se comparados com os municípios da Grande Florianópolis. Na seqüência estão São José, Palhoça e os demais municípios que aparecem agrupados na pesquisa.

Os dados revelam os números de ocorrências de suicídio, roubo (diversos e banco), estupro, furto (diversos, veículos, residência, estabelecimentos comerciais), tráfico e uso/porte de drogas, acidentes de trânsito

(com vítima fatal, lesão, danos materiais), registrados pela Polícia Militar e Civil de Santa Catarina. O índice em que o município de São José mais se aproxima da capital do Estado é em relação ao número de furtos de veículos: em São José foram registradas 597 ocorrências e, na capital, 620 ocorrências, enquanto em Palhoça a soma foi de 142.

Comparando os números de ocorrências registradas pela Polícia Militar de Santa Catarina, observamos que na maioria dos itens (os mesmos utilizados pela Polícia Civil), o município de Florianópolis continua liderando os dados e na seqüência encontram-se os municípios de São José, Palhoça e outros municípios da região agrupados pela pesquisa. Apenas em alguns itens o município de Palhoça supera os dados de São José, como o número de vítimas em homicídios dolosos, respectivamente 15 e 11 ocorrências, suicídio, com 4 ocorrências, em ambos os municípios, e acidente de trânsito com vítima fatal, com 12 e 11 ocorrências, respectivamente.

Em relação aos mandados de prisão recebidos/cumpridos e prisões em flagrante em 2003, o município de Florianópolis destaca-se com 222, 128 e 1.050 registros, respectivamente. O município de São José fica muito próximo e até algumas vezes abaixo das ocorrências no município de Palhoça. São José teve 114 mandados de prisão recebidos, enquanto Palhoça teve 90; São José teve 35 mandados de prisão cumpridos, enquanto Palhoça teve 73 registros (mais que o dobro do anterior); para o item prisões em flagrante, São José teve 120, enquanto Palhoça teve 78 registros. O número de armas apreendidas em 2003 também é notoriamente maior em Florianópolis, com um total de 244, seguida por São José, com 97, e Palhoça, com 55.

Sobre os dados de porte/uso e tráfico de drogas em 2003, Florianópolis é o que possui maiores índices e os demais municípios têm demonstrado um aumento nesta prática. O número de mortes violentas nos anos de 2004 e 2005 indica a preponderância de Florianópolis, com 117 e 114 homicídios respectivamente. Nos demais municípios apresentam-se, com relação aos anos de 2004 e 2005, respectivamente, da seguinte forma: São José, 19 e 17; Palhoça, 19 e 17; e Biguaçu, 6 e 11 homicídios. No geral, os índices de violência são maiores no município de Florianópolis, seguido por São José e Palhoça, esses dois últimos alternando a posição e segui-

dos pelos demais municípios da região, agrupados pelo relatório da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina.

4. Reconhecimento das Funções, Migração e os Movimentos Internos na Grande Florianópolis

A divisão territorial das funções urbanas, a partir da especialização funcional, produz e estabelece relações e articulações entre as cidades. Na Grande Florianópolis temos algumas delimitações destas funções bem visíveis, enquanto outras novas funções surgem, alterando toda a rede urbana e a movimentação dos fluxos da região.

Quando analisamos as centralidades do Aglomerado Urbano de Florianópolis encontramos os seguintes núcleos de atividades:

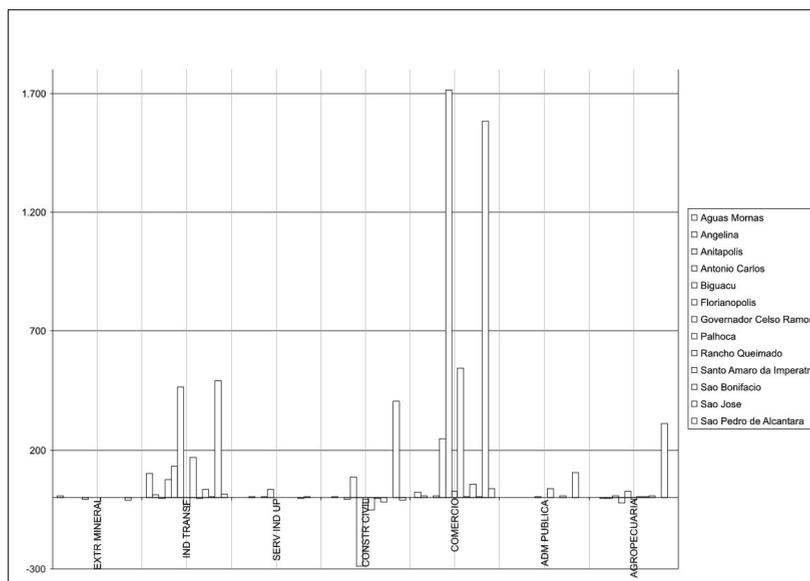
- Florianópolis - o centro administrativo e político, com destaque no setor terciário, principalmente pelo setor de serviços, de maior expressão no Estado inclusive;
- São José - o centro industrial, com destaque no setor secundário;
- Palhoça - sub-centro industrial e de serviços (turismo e educação);
- Biguaçu - centro do setor primário. O município de Biguaçu recentemente vem se firmando como importante centro de serviços num contexto microrregional, com os seus municípios vizinhos de Governador Celso Ramos e Antônio Carlos (Figura 2).

Outra fonte de dados que utilizamos é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A seguir apresentamos a representação da participação do Núcleo da Região Metropolitana de Florianópolis na arrecadação do ICMS do Estado de Santa Catarina, no ano de 2002, que confirma o destaque do município de Florianópolis no setor de serviços com 26,76% na participação, enquanto que o total da RM de Florianópolis é de 27,9% na participação do Estado (Tabela 2).

Outro ponto importante na caracterização da Região Metropolitana de Florianópolis é a questão das migrações internas. Ao analisarmos o movimento dos habitantes da Grande Florianópolis, em seu cotidiano, podemos observar e levantar informações que compõem a mobilidade de

seus habitantes e as relações entre as cidades componentes desta unidade territorial.

Figura 2
SALDO DO EMPREGO FORMAL POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA



Fonte: Sistema Nacional de Emprego/SC entre o período de janeiro a dezembro de 2004

Tabela 2
PARTICIPAÇÃO DO NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS,
NA ARRECAÇÃO DO ICMS DO ESTADO DE SANTA CATARINA – 2002

Município	Arrecadação do ICMS (R\$)	Estabelecimentos (Nº)	Participação no total arrecadado no Estado (%)
Florianópolis	1.018.556.181,88	7.106	26,76
São José	84.118.987,35	3.374	2,2
Antônio Carlos	19.302.302,32	113	0,5
Biguaçu	15.301.377,39	526	0,4
Palhoça	6.533.386,33	1.265	0,18
Stº Amaro Imperatriz	1.213.072,35	370	0,031
Gov. Celso Ramos	288.061,20	111	0,007
São Pedro de Alcântara	91.716,36	64	0,002
Águas Mornas	57.245,10	49	0,001
Total	1.145.462.340,28	12.978	27,9

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda

Os movimentos de usuários de transporte coletivo, segundo dados do SETUF (2002) e da Secretaria Municipal de Transportes e Terminais (2005), na Grande Florianópolis, confirmam a centralidade do Distrito Sede de Florianópolis (Centro/Trindade), pois é o destino de 120 mil passageiros diários que chegam a Florianópolis, ou 70% do total de passageiros. Esse dado confirma a importância de Florianópolis como sede da região metropolitana. O perfil destes passageiros é constituído por:

- 20% estudantes;
- 27% funcionários públicos;
- 33% trabalhadores do setor de serviços.

Segundo entrevista com José Mendes Damian, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Florianópolis, em 2005, Florianópolis continuava a ser o pólo catalisador da região metropolitana, porém perdeu força com a descentralização do Governo Estadual, o qual paradoxalmente instalou a sede da Secretaria de Desenvolvimento Regional no município de São José. Este referido município possui uma localização estratégica no Aglomerado Urbano, pois está posicionado praticamente no centro da região, articulando Florianópolis (Distrito Sede localizado na Ilha de Santa Catarina e Continente) com o restante do Estado, através da BR 101. Também é limítrofe com outros cinco municípios da Grande Florianópolis: Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos.

Ao analisar os dados de deslocamento para trabalho ou estudo para outro município, segundo dados do IBGE (2000), observamos que os maiores índices de emissão de passageiros, em todas as faixas etárias, estão no município de São José, seguido por Palhoça, Florianópolis e Biguaçu. O destino da maioria das linhas do transporte coletivo é Florianópolis, sendo o maior número de deslocamentos na faixa etária de 25 a 64 anos, na qual São José apresenta 24.175 deslocamentos, seguido por Palhoça, com 14.527, Biguaçu, com 5.924, e Florianópolis, com 4.757 deslocamentos.

Em contrapartida, o maior número de deslocamentos para trabalho ou estudo são mais elevados no município de Florianópolis, em todas as faixas etárias, seguido, respectivamente, por São José, Palhoça e Biguaçu. Novamente os maiores índices estão na faixa etária de 25 a

64 anos, no qual Florianópolis apresenta 791 deslocamentos, seguido por São José, com 238, Palhoça, com 152, e Biguaçu, com 80 deslocamentos.

Estes dados comprovam a centralidade de Florianópolis na região, pois oferece uma série de requisitos como: base educacional e cultural, centros de pesquisa e ensino, concentração de recursos, mercado de trabalho, serviços e comércio especializado, “facilidade” de acesso⁶, atraindo um contínuo e alto fluxo de pessoas diariamente.

Este movimento de migração interna desempenha importante papel no processo de crescimento e expansão da metropolização, também participando do crescimento das áreas periféricas e incorporando novas áreas através da conurbação dos municípios. O movimento migratório interno permite ainda vislumbrar formas de integração e coordenação dos diversos fluxos (produção, emprego, consumo e capital), sugerindo uma relação entre a mobilidade e o processo de redistribuição populacional, o que aponta para um forte crescimento do município de São José, que oferece: localização geográfica estratégica (no centro da conurbação), parque tecnológico e industrial (Distrito Industrial), centro de ensino (Universidade Pública Municipal), base cultural (centro de atividades para terceira idade, centro de eventos) e centro de decisões (Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis), elementos que são reflexos da expansão do Aglomerado Central de Florianópolis e do desenvolvimento desta cidade média.

Se demonstramos que o movimento pendular desempenha um papel importante neste contexto, impulsionando a expansão metropolitana e a dinâmica intra-urbana, sob outra ótica, este movimento também reflete o distanciamento entre o lugar de moradia e o de trabalho ou estudo, a segregação espacial indicando desigualdades sociais.

5. Considerações Finais

A Região Metropolitana de Florianópolis é composta por 22 municípios, sendo que 09 pertencem ao núcleo metropolitano e 13 à área de expansão. É polarizada por um “centro regional” e o município sede exerce a função de capital do Estado, assumindo um papel ainda mais importante

considerando-se a conurbação com seus municípios vizinhos (São José, Palhoça e Biguaçu).

Em função da particularidade geográfica da Região Metropolitana de Florianópolis, o fato do distrito sede do município central (Florianópolis) estar assentado em uma ilha (Ilha de Santa Catarina), coloca em posição geográfica privilegiada o município de São José, na porção continental, como o grande articulador desta região metropolitana em gestação, uma vez que o único acesso terrestre a Florianópolis ocorre via São José.

Observamos efetivamente que a Grande Florianópolis passa por um processo de metropolização, pois possui algumas características metropolitanas, embora ainda não é a própria metrópole ou uma Região Metropolitana constituída. Concordamos com a perspectiva de Godinho e Mendonça (2003), que consideram a metropolização a construção de vínculos entre os lugares, não reconhecendo fronteiras administrativas e produzindo um aglomerado metropolitano com alta densidade de áreas construídas, conurbadas e interrompidas.

Classificamos Florianópolis dentro de um forte processo de metropolização física (a partir da conurbação entre os municípios) e medianamente funcional (caracterizado pela concentração de funções em Florianópolis, mas que, em escala mais abrangente, ainda é funcionalmente dependente de Curitiba ou Porto Alegre).

Verificamos, finalmente, que a institucionalização da Região Metropolitana de Florianópolis, assim como as outras cinco criadas no Estado de Santa Catarina, foi baseada em critérios políticos e não em definições geográficas, urbanísticas ou conceituais.

Notas

¹ O levantamento dos dados deste trabalho foi realizado com auxílio das bolsistas Vanessa Eing Cargnin e Roberta Althoff Sumar do Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), através do Projeto "Grande Florianópolis: Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana?", coordenado pelo Prof. Dr. Wendel Henrique e desenvolvido durante o ano de 2005, período no qual era professor efetivo do Departamento de Geografia da UDESC (Florianópolis).

² Este texto foi apresentado no I Simpósio de Cooperação Científica na Área de Geografia entre a Universidade Federal da Bahia e a Universidade de Passau (Alemanha). A participação no referido evento foi financiada pela CAPES, através do Programa de Auxílio à Participação em Eventos no Exterior.

³ Comparando-se os dados das 27 RM's e das 06 áreas de expansão de RM, perfazendo um total de 33. Destas 33, 12 estão no estado de Santa Catarina, sendo 06 RM's e 06 áreas de expansão das RM's.

⁴ % de pessoas que vivem em domicílios localizados em aglomerados subnormais. O que caracteriza um aglomerado subnormal é a ocupação sem planejamento e, quando de sua implementação, não haver a posse de terra ou o título de propriedade. É também designado por "assentamento informal".

⁵ No período entre 1998 e 2002, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério de Justiça, 2004.

⁶ Na cidade está localizado o único aeroporto da região, o terminal rodoviário e o sistema de transporte coletivo, que converge todo para Florianópolis, pois um trajeto entre São José e a vizinha Biguaçu, por exemplo, se faz via transbordo na capital.

Referências

DAMIAN, José Mendes. **Entrevista realizada junto ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de São José**, em 21 de setembro de 2005.

FLORIANÓPOLIS (Secretaria Municipal de Transportes e Terminais). **Entrevista com Valter Seicho Tamaguskoem**, novembro de 2005.

GODINHO, Maria Helena; MENDONÇA, Jupira Gomes de (orgs.). **População, espaço e gestão na metrópole: novas configurações, velhas desigualdades**. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2003.

GOUVEIA, Sérgio Roberto. A evolução da estrutura urbana catarinense. **Geografia**, Rio Claro-SP, v. 11, n. 22, p. 69-81, out./1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censos Demográficos 1991/2000**. Estimativas da população em 01/07/2005. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em: jul. 2005.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2003. Disponível para download em:< <http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: dez. 2005.

SANTA CATARINA (ESTADO). **Constituição (1989)**. Disponível em:< <http://200.192.66.13/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SANTA CATARINA (ESTADO). Lei Estadual. **Lei complementar n° 104**, de 04 de janeiro de 1994. Disponível em:< <http://200.192.66.13/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SANTA CATARINA (ESTADO). Lei Estadual. **Lei complementar n° 162**, de 06 de

janeiro de 1998. Disponível em: < <http://200.192.66.13/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SANTA CATARINA (ESTADO). Lei Estadual. **Lei complementar n° 221**, de 09 de janeiro de 2002. Disponível em: < <http://200.192.66.13/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SANTA CATARINA (ESTADO). Lei Estadual. **Lei complementar n° 243**, de 30 de janeiro de 2003. Disponível em: < <http://200.192.66.13/ALESC/PesquisaDocumentos.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2006.

SANTA CATARINA (Secretaria de Estado da Fazenda). **Arrecadação do ICMS por municípios de Santa Catarina 1995-2003**. Florianópolis: IBGE (s.d.)

SETUF. **Relatório do Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Florianópolis de 2002**. (mimeo)

SINE/SC (Sistema Nacional de Emprego). Setor de informação e análise do mercado de trabalho. **Emprego Formal em Santa Catarina: Rotatividade, Precarização e Achatamento Salarial**. Florianópolis, Ago/2004. Disponível em: <<http://www.sine.sc.gov.br/diversas/arquivos/Emprego%20Formal%20SC%20-%20Precarizacao%20-%20Texto.doc>>

